



MINISTÉRIO DA CULTURA  
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO  
STII/GSE/GM/MinC

Ofício nº 545/2023/STII/GSE/GM/MinC

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor

**Francisco Samuel Pinheiro Sales**

**Pregoeiro**

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 2º andar - Bairro Zona Cívico Administrativa,  
Brasília/DF, CEP 70068-900

Assunto: **Pedido de Impugnação - Pregão SRP 09/2023.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01400.000997/2023-52.

Senhor Pregoeiro,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me a pretensa contratação de solução de firewall encaminhada pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII), conforme conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital 09/2023 e seus anexos (SEI 1461189).

2. Em atenção ao Ofício 183 (1505720), que nos termos do item 13.2 do Edital, encaminha o pedido de impugnação da **empresa Vizion** (SEI 1505721), à esta área técnica demandante para manifestação dos subsídios técnicos formais, quanto aos questionamentos da LICITANTE faço os seguintes apontamentos:

3. **Questionamento** - *"De uma simples leitura do dispositivo editalício, é possível observar-se um direcionamento da exigência do atestado de capacidade apenas para empresas que possuem atestados idênticos aos itens exigidos licitados no item 8.17.1.2., o que, via de regra, constitui uma irregularidade séria e viola vários princípios legais dos procedimentos licitatórios, como por exemplo, da competitividade e da legalidade. Na verdade, o Instrumento Convocatório poderia prever simplesmente que as empresas licitantes apresentassem fornecimento "similares" "Firewall" com os licitados, pois a exigência de atestados com características idênticas com exigências de características habilitadas simultaneamente é possivelmente ilegal e vai contra toda a jurisprudência do TCU."*

3.1. Verifica-se que a LICITANTE infere dos autos, de forma equivocada, que houve a exigência de atestados idênticos aos itens exigidos licitados, como pode ser verificado nos autos, foram exigidos equipamentos com capacidades reduzidas em relação aquelas exigidas para o processo licitatório.

3.1.1. Vejamos por exemplo no Caderno de Especificações Técnicas:

Item	Atestado

**MÓDULO DE SEGURANÇA (CLUSTER) - TIPO I**

- **CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DE PERFORMANCE MÍNIMAS PARA CADA EQUIPAMENTO**, onde a solução a ser contratada deve possuir throughput de, no mínimo, 19 (dezenove) Gbps de Next Generation Firewall, considerando no mínimo as funcionalidades de Firewall e Controle de Aplicação, sendo comprovado com documentação de domínio público.

Para a exigência do item supracitado será aceito equipamentos com throughput de, no mínimo, 4 (quatro) Gbps com as funcionalidades de controle de aplicação, IPS, Antivírus, Anti-Spyware simultaneamente na solução",

3.1.2. Conforme ilustrado no quadro, verifica-se que foi exigido um equipamento com capacidade inferior a 25% da capacidade do equipamento a ser adquirido.

3.2. A LICITANTE ainda sugere que seja exigido apenas a comprovação de fornecimento de 01 equipamento de firewall, *In Verbis*:

3) REVISÃO DO TEXTO no que tange a qualificação técnicas (Atestado de Capacidade Técnica) revisando o texto para "ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo 01 equipamento de FIREWALL" assim garantido a ampla concorrência, com a definição clara de todos os requisitos necessários para a correta oferta dos licitantes: (grifos nossos)

3.2.1. Verifica-se descabida a solicitação, uma vez que não faz qualquer qualificação do equipamento comparando o objeto do presente processo licitatório a equipamentos de pequeno porte e de simples manuseio totalmente incompatíveis com o objeto a ser licitado.

3.2.2. Desta forma a LICITANTE equivocadamente, subestima o tamanho e a importância do projeto de implementação de solução NG-FIREWALL com SD-WAN e demais requisitos de segurança essenciais para o Ministério da Cultura, conforme detalhados no Termo de Referência e demais documentos anexo ao Edital.

3.2.3. Desta forma, resta descabida a sugestão de alteração de revisão de texto proposta pela LICITANTE.

4. **Quanto a justificativa para a exigência de Atestado de Capacidade Técnica.**

4.1. A exigência de atestado de capacidade técnica para a contratação da solução NG FIREWALL com SD WAN (Next-Generation Firewall com Software-Defined Wide Area Network) para esta Pasta, tem vários motivos importantes, devido seu papel crítico na segurança e no desempenho das redes corporativas do Ministério.

4.1.1. Neste sentido é necessário garantir que a CONTRATADA tenha competência técnica para fornecer tais soluções garantindo uma implementação eficaz, uma vez que por suas características, a solução envolve tecnologias avançadas que requerem conhecimento especializado para configuração, implementação e manutenção.

4.1.2. A complexidade dessas soluções exige um nível elevado de expertise técnica para garantir a segurança e a eficiência da rede, portanto se for contratada uma empresa que nunca implantou solução com os requisitos exigidos, haverá o risco de que por imperícia da CONTRATADA, ocorram sérios problemas de desempenho ou conectividade dos sistemas e serviços em produção no Datacenter do Ministério da Cultura.

4.1.3. Além disso os Firewalls desempenham um papel crucial na proteção contra ameaças cibernéticas, e erros na configuração podem resultar em vulnerabilidades específicas, assim a LICITANTE precisa possuir experiência comprovada que já efetuou a implementação de políticas de segurança robustas e eficazes.

4.1.4. A função SD WAN é essencial para otimizar o desempenho da rede, garantindo uma conectividade eficiente entre diferentes filiais e locais remotos. A implementação pode resultar em problemas de desempenho, portanto não há como deixar de exigir da LICITANTE o conhecimento necessário para a correta implementação de tal recurso.

4.1.5. Além disso o Ministério da Cultura possui Datacenter com infraestrutura complexa, Sustentando sistemas críticos como o SALIC e o SEI, desta forma a capacidade técnica do fornecedor é crucial para integrar uma nova solução NG FIREWALL com SD WAN de forma eficiente e harmoniosa com os sistemas existentes.

## 5. Quanto a legalidade da exigência

5.1. Conforme Acórdão 2032/2020-Plenário, é legal, para a comprovação da capacidade técnico-profissional de licitante, a exigência de quantitativos mínimos, executados em experiência anterior, compatíveis com o objeto que se pretende contratar, cabendo à Administração demonstrar que tal exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser contratada.

5.1.1. Por fim, o TCU, no Acórdão nº 8.430/2011 – 1ª Câmara, determinou a um de seus jurisdicionados que *“o edital deve estabelecer, com a necessária objetividade, a forma de comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação; b) o edital deve estabelecer os elementos que devem constar dos atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da realização de serviços compatíveis com os descritos no objeto do certame”*. A preservação do julgamento objetivo, portanto, demanda a existência de cláusula clara e precisa quanto ao conteúdo dos atestados a serem apresentados, à luz do efetivamente necessário à avaliação da qualificação técnica do licitante para bem executar o objeto licitado.

## 6. Considerações finais

6.1. De modo a compor documento de fácil compreensão, sem a necessidade de reproduzir informações já constantes dos documentos publicados, foram apontados os motivos quanto a exigência de atestado de capacidade técnica, e a impossibilidade de adotar a sugestão de revisão de texto encaminhada pela LICITANTE.

6.2. E assim, diante dos apontamentos aqui relatados, verifica-se, salvo melhor juízo de cunho administrativo, que não foi identificada a existência de fatos, nos documentos apresentados pela LICITANTE, que ensejem na impugnação do Edital, nestes termos encaminho os autos para subsidiar vossa análise, decisão e demais considerações.

Atenciosamente,

**JAIME HELENO CORREA DE LISBOA**

Subsecretário de Tecnologia da Informação e Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Heleno Correa de Lisboa, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Inovação**, em 17/11/2023, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1505860** e o código CRC **BE7E6446**.

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01400.000997/2023-52

SEI nº 1505860